

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**AZEVEDO, Rui de (Benavente, 1889 - Lisboa, 1976)**

Rui de Azevedo, que também escreveu como Ruy de Azevedo e Rui Pinto de Azevedo, nasceu, em Benavente, a 4 de fevereiro de 1889. Era filho de Luís Carlos Pinto de Azevedo e Maria Perpétua França, um casal de lavradores abastados (Almeida, Alfredo Betâmio de, “Doutor Rui de Azevedo ...”, in *Benavente: Estudo Histórico-Descritivo*, 1975, p. 292). Nessa localidade iniciou a sua instrução, passando depois pelo Real Colégio Militar, a Escola Académica de Lisboa e o Liceu Passos Manuel. A sua entrada no ensino superior, em 1910, foi feita no Curso Superior de Letras, em Lisboa, onde se especializou em Línguas Germânicas. Estagiou no ensino das línguas francesa e inglesa em Berlim e frequentou na Universidade dessa cidade um seminário de inglês. Em 1912 estudou, durante o verão, na Universidade de Oxford (Costa, Avelino de Jesus da, *Elogio do Professor Doutor Rui de Azevedo*, 1981, p. 21).

A sua carreira como professor de liceu começou em 1914, no Liceu de Évora, transitando para Coimbra no ano seguinte. Esteve, a partir de 1916, no Liceu Camões, em Lisboa, do qual foi diretor entre 1929 e 1930 e onde permaneceu até à sua aposentação, em 1947. Sendo formado em línguas e tendo seguido uma carreira no ensino, o seu interesse pela História começou quando se encarregou de terminar uma monografia que um primo seu, Álvaro Rodrigues de Azevedo, também ele intelectual de renome, deixara inacabada e que se dedicava à terra natal de ambos, Benavente. Tendo-a concluído em 1926 e mantido depois disso uma ativa investigação, nomeadamente nos campos da diplomática e da paleografia, foi convidado, em 1935 e 1946, primeiro pela Faculdade de Letras de Coimbra e depois pela de Lisboa, para aí lecionar História. Declinou ambos os convites, embora mais tarde tenha dado dois cursos breves na Faculdade de Letras de Coimbra, em 1964 e 1967, já depois de se ter reformado da sua carreira de ensino liceal (*Ibidem*, pp. 22-23, 35).

Rui de Azevedo foi nomeado, em 1938, para a Academia Portuguesa de História, onde foi mais tarde académico de número e académico de mérito. Esta instituição encarregou-o nesse mesmo ano de organizar aquela que viria a ser a sua obra mais importante: a edição dos *Documentos Medievais Portugueses*. Em 1964 foi também eleito para a Academia das Ciências de Lisboa. Foi ainda agraciado, em 1967, com uma comenda da Ordem de Santiago da Espada, e, em 1968, com o título de doutor *honoris causa* pela Faculdade



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de Letras de Coimbra (*Ibidem*, pp. 22-24).

Na sua primeira obra, já referida, Rui de Azevedo continuou os dois únicos capítulos que lhe tinham chegado completos através do manuscrito que recebera do seu parente, deixado inacabado desde o seu falecimento em 1898. Complementou-os com o tratamento de outras notas presentes nesse manuscrito e também com informações recolhidas por ele mesmo, preocupando-se sempre em distinguir o trabalho que lhe fora entregue daquele que ele mesmo fizera. A obra divide-se em duas partes, uma primeira sobre a história, instituições e personagens ilustres de Benavente, que inclui também uma descrição da vila e do seu concelho, e uma segunda onde se coligem documentos relevantes para a história da vila, cuja recolha, deixada inacabada por Álvaro Rodrigues de Azevedo, foi a primeira entrada do autor aqui biografado naquele que viria a ser o seu campo de investigação (Azevedo, Álvaro Rodrigues de e Azevedo, Rui de, *Benavente: Estudo Histórico-Descritivo...*, 1926, pp. XIV, 2-3). Continuou, nos anos seguintes, a escrever sobre a sua terra natal.

A edição dos *Documentos Medievais Portugueses* começou em 1938, por iniciativa da Academia Portuguesa da História, como parte das publicações comemorativas do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal. Rui de Azevedo foi encarregue de organizar a coleção e foi também nomeado secretário da comissão designada para a levar a cabo, presidida por Paulo Merêa. Este, juntamente com José Saraiva, foi um dos seus principais auxiliares nesta tarefa. A coleção foi dividida em duas partes: *Documentos Régios* e *Documentos Particulares*. O primeiro volume dos *Documentos Particulares* a ser impresso recebeu o numeral III porque os dois primeiros, que não chegaram a ser publicados, seriam uma reedição, com alguns acrescentos e correções, dos *Portugaliae Monumenta Historica*, continuidade que apenas acentuava a importância do empreendimento a que se lançava Rui de Azevedo. Foram aí editados os documentos emitidos entre os anos 1101 e 1115, juntamente com alguns, de data incerta, mas cuja avaliação os colocou nesse período, acompanhados por alguns fac-símiles. Este, como se verá, foi o único volume cuja preparação decorreu sem grandes contratempos, vindo a público em 1940, ano em que se comemorava o referido centenário (Azevedo, Rui de, *Documentos Particulares...*, 1940, pp. IX-XIV).

Já a publicação do primeiro volume dos *Documentos Régios* apenas foi possível em 1958, tendo a sua preparação sido interrompida por doença e por outras atividades de Azevedo. Estas circunstâncias obrigaram à revisão de algum do material já preparado e ao acrescento de outro. Teve como colaboradores não só os já referidos Paulo Merêa e José Saraiva mas também Torquato de Sousa Soares e Joaquim da Silveira. Este volume possui, além da edição dos documentos concernentes ao governo dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques, uma introdução dedicada ao estudo da produção diplomática da corte desses dois períodos, onde são estudadas as características dos documentos, os notários que os escreveram e a própria evolução dos cargos existentes na cúria régia. Azevedo inclui também neste volume um conjunto de falsos forjados na época moderna relativos ao período em questão. (Azevedo, Rui de, *Documentos Régios...*, 1958, pp. IX-XVII, LXI, CXV).



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Seguiu-se, quatro anos depois, o segundo tomo deste primeiro volume. Nele estão incluídas uma lista de referências a documentos perdidos dos governos de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques, complementando a edição de documentos feita no primeiro tomo, e um conjunto de notas, comentando cada um dos documentos do tomo anterior. Este volume também foi acompanhado um novo conjunto de fac-símiles. (Azevedo, Rui de, *Documentos Régios...*, 1962).

Azevedo publicou, no mesmo ano, uma obra intitulada *Um Problema Histórico Ainda Mal Esclarecido por Insuficiência de Estudo Diplomático*, onde defendeu que o tríplice foral de 1179 tinha sido outorgado primeiro a Santarém, uma vez que a região desta cidade era crucial para a defesa do reino, e depois a Coimbra e Lisboa. Opunha-se assim à hipótese então sustentada por Torquato de Sousa Soares, que defendia a tradição concelhia coimbrã como base do foral. Este autor acabou por reconhecer, ele próprio, a maior validade da tese de Rui de Azevedo (Azevedo, Rui de “Um Problema Histórico Ainda Mal Esclarecido por Insuficiência de Estudo Diplomático”, *Dois Centenários*, 1962, pp. 80-82 e Soares, Torquato de Sousa, “Rui de Azevedo, Diplomata e Historiador”, *Anais*, 1976, pp. 253-256).

A avaliação de questões cuja resposta, fixa desde o século anterior, merecia ser revista não foi esquecida por Azevedo. Corrige, na sua obra *Riba-Coa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques*, não só o ponto de vista defendido por si mesmo quase trinta anos antes em *Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa antes do Tratado de Alcanices (1297)* como aquele que fora o de Alexandre Herculano. Considera que o mosteiro de Santa Maria de Aguiar, ao invés de ter sido fundado por monarcas leoneses, foi criado pelo primeiro rei de Portugal, apesar de depois ter passado para o domínio do reino vizinho durante o período entre o desastre de Badajoz e o Tratado de Alcanices. Também o primeiro diplomata português, João Pedro Ribeiro, viu contestadas, através de um atento estudo da letra dos notários demonstrado na obra *O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)*, as suas ideias de que a chancelaria deste rei não teve um Livro de Registo original e de que o chamado Livro Novo, procedente da mesma chancelaria e onde se encontra material muito semelhante, estava perdido, tendo Azevedo estabelecido a sua correspondência com um códice de Santa Cruz de Coimbra (Soares, Torquato de Sousa, *idem*, pp. 278-279 e Azevedo, Rui de, “O Livro de Registo ...”, *Anuario de Estudios Medievales*, pp. 36-43).

Rui de Azevedo morreu a 5 de outubro de 1976, deixando uma obra marcante pelo seu rigor intelectual. Dois dos seus confrades da Academia Portuguesa da História, Torquato de Sousa Soares e Avelino de Jesus da Costa, destacaram, nos elogios que lhe fizeram por ocasião da sua morte e da sua sucessão na sobredita instituição, a dedicação que consagrava ao seu trabalho, a disponibilidade, pela qual nunca exigia dividendos, na ajuda que sempre prestou aos seus colegas e a vontade com que, guiado pelo desejo de ser sempre o mais rigoroso possível, revia os seus próprios trabalhos e conclusões, alterando, se necessário, a tese outrora defendida (Soares, Torquato de Sousa, *idem*, pp. 251-257 e 278, e Costa, Avelino de Jesus da, *idem*, pp. 26-34).

Foram ainda publicados, postumamente, os *Documentos de D. Sancho I* e o volume IV dos *Documentos*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Particulares*, cujos continuadores se ativeram fielmente ao trabalho que Rui de Azevedo deixara delineado. O primeiro, que teve como coautores Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, foi pensado como uma continuação dos *Documentos Régios*, agora patrocinada pela Universidade de Coimbra. Mais uma vez a sua produção foi atrasada por outras tarefas de Azevedo, como a preparação do referido volume IV, e por motivos de saúde. Tendo Rui de Azevedo morrido antes da conclusão da obra, a introdução e as notas aos documentos, de que ficara encarregue, foram adiadas para um segundo volume que, no entanto, nunca chegou a ser editado. No primeiro, cuja direção foi assumida por Avelino de Jesus da Costa, foi feita apenas a edição dos documentos (Azevedo, Rui de, Costa, Avelino de Jesus da e Pereira, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, 1979, pp. IX-XV). O volume IV dos *Documentos Particulares*, que tinha começado a ser impresso em 1963, foi também atrasado por circunstâncias várias, tendo sido terminado apenas em 1980. Este volume, onde consta a edição dos documentos, tinha sido originalmente pensado para abranger o período entre 1116 e 1130. Acabou, no entanto, por ser encurtado, de modo a terminar em 1123, devido à morte do autor e a lacunas na inventariação. O restante material, juntamente com as notas, ficaria para um segundo tomo, que não foi publicado. O sucessor de Azevedo na Academia Portuguesa da História, Avelino de Jesus da Costa, foi também encarregue da conclusão desta obra (Azevedo, Rui de e Costa, Avelino de Jesus da, *Documentos Particulares...*, 1980, pp. IX-XII).

**Bibliografia ativa:** *Benavente: Estudo Histórico-Descritivo por Álvaro Rodrigues de Azevedo, obra póstuma, continuada e editada por Rui Pinto de Azevedo*, Lisboa, 1926; *Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa antes do Tratado de Alcanices (1297)*, Oficinas da Coimbra Editora, Coimbra, 1935; “Riba Coa sob o Domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques: o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de Fundação Portuguesa e Não Leonesa”, *Anais*, série II, vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, 67 páginas; “Um Problema Histórico Ainda Mal Esclarecido por Insuficiência de Estudo Diplomático”, *Dois Centenários*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, pp. 63-95; “O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 4, Barcelona, 1967, pp. 35-62. Edição dos *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares: A.D. 1101-1115*, vol. III, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940; *Documentos Régios: Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*, vol. I, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958; *Documentos Régios: Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques, A.D. 1095-1185*, vol. I, tomo II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962; *Documentos Particulares: A.D. 1116-1123*, vol. IV, tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980, postumamente concluído por Avelino de Jesus da Costa. Obra póstuma: Azevedo, Rui de, Costa, Avelino de Jesus da e Pereira, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1979.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia passiva:** Soares, Torquato de Sousa, “Rui de Azevedo, Diplomata e Historiador”, *Anais*, série II, vol. 23, tomo II, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, pp. 251-280; Costa, Avelino de Jesus da, *Elogio do Professor Doutor Rui de Azevedo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1981, pp. 17-81; Almeida, Alfredo Betâmio de, “Doutor Rui de Azevedo benaventense dos mais ilustres”, in *Benavente: Estudo Histórico-Descritivo por Álvaro Rodrigues de Azevedo, obra póstuma, continuada e editada por Rui Pinto de Azevedo*, 1975, p. 292-294.

José Pedro Doutor